

Relatório estadual/Distrital

ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO ORGANIZADORA

Responsável pela Comissão Organizadora da etapa	
Nome: LEONARDO DA SILVA TORII	
Telefones (informe dois telefones) [REDACTED]	
E-mail (informe dois e-mails) [REDACTED] a pep.secult@yahoo.com.br	

Integrantes da Comissão Organizadora da etapa	
Nome Completo	Representação
LEONARDO DA SILVA TORII	PODER PÚBLICO
RAÍ ROCHA COSTA	SOCIEDADE CIVIL
RUAN DENNER GOMES DE CASTRO	SOCIEDADE CIVIL

AVISO DE PRIVACIDADE E TRANSPARÊNCIA ATIVA

Este modelo de documento foi elaborado para fins de registro e publicidade das etapas da Conferência. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e ao Princípio da Transparência Pública, informa-se que:

Dados restritos - A planilha e o documento para coleta de informações para cadastro e emissão de passagens, anexos, com dados pessoais da delegação eleita e as informações contidas exclusivamente nesta primeira página, que incluem dados de contato (telefones e e-mails) do Responsável pela Comissão Organizadora, possuem finalidade estritamente administrativa e institucional, e não serão publicizadas sem autorização prévia, objetivando a proteção da privacidade dos agentes envolvidos (Art. 2º, IV da LGPD).

Dados públicos - A partir da seção de Apresentação, incluindo as Propostas Aprovadas, Lista geral de Delegação eleita (apenas nomes, sem dados pessoais), Moções, Registros de participação e demais anexos, o conteúdo é destinado à ampla divulgação na página oficial da Conferência e em resposta a pedidos de acesso à informação, garantindo o controle social e a transparência do processo democrático.

Relatório estadual/Distrital

ESTADO DO PARÁ

APRESENTAÇÃO

No dia 08 de abril de 2026 o Arquivo Público do Estado do Pará, a Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará e a Associação dos Arquivistas do Estado do Pará realizaram a Etapa Estadual do Pará para a 2ª Conferência Nacional de Arquivos (CNArq). As inscrições foram realizadas no período de 30 de março até 08 de abril de 2026, por meio da plataforma online Even3, no seguinte link: <https://www.even3.com.br/etapa-preparatoria-da-cnarq-2026-estado-do-para-710861>. Ao todo 83 (oitenta e três) pessoas se inscreveram na plataforma e participaram da etapa estadual 44 (quarenta e quatro) pessoas. No momento da inscrição os participantes preencheram um formulário (segundo modelo da FLACSO) com seus dados, indicação do eixo temático de interesse para atuar e manifestação sobre a pretensão de participar do processo eleitoral para uma das vagas de delegado, conforme seu segmento. O evento aconteceu no Auditório Eneida de Moraes, no Centro Cultural Palacete Faciola, na cidade de Belém – Pa. Pela manhã, Leonardo da Silva Torii, Diretor do Arquivo Público do Estado do Pará, realizou as boas vindas aos participantes e fez a leitura do Regimento Interno da Etapa Estadual do Pará, que após consulta para manifestação da plateia, foi aprovado sem alterações. Em seguida, o Professor Doutor Antônio Gouveia de Sousa, da Faculdade de Arquivologia da UFPA explicou para os participantes sobre a Conferência Nacional de Arquivos, incluindo os debates e resultados da Primeira Conferência realizada em 2011. Depois seguiu explicando a dinâmica da programação que pela manhã seriam realizadas a elaboração e aprovação das propostas a serem encaminhadas para a etapa nacional, em Brasília. Em seguida, explicou cada eixo temático da Segunda Conferência Nacional de Arquivos para os participantes que depois, foram divididos pelas temáticas escolhidas no momento da inscrição para a elaboração das propostas. A divisão ficou da seguinte forma: o Eixo 1 - Marco Legal, Governança Arquivística e Perspectivas para uma Política Nacional de Arquivos, foi conduzido pelo Diretor do Arquivo Público, Leonardo Torii. O Eixo 2 - Gestão de Documentos como infraestrutura democrática, como mediadora a Professora Doutora Renata Lira, da Faculdade Arquivologia da UFPA. O Eixo 3 - Preservação e Patrimônio Arquivístico, como mediadora Ana Roberta Pinheiro Moura, do arquivo intermediário da UFPA, campus de Tucuruí. O Eixo 4 - Acesso, Transparência, Inclusão e Promoção da Cidadania, como mediador o Professor Doutor Antônio Gouveia de Sousa, da Faculdade de Arquivologia. O Eixo 5 - Condições de Trabalho nos Arquivos e Ensino e Pesquisa em Arquivologia, como mediadora Eliege Cristiane das Neves Favacho, estudante de graduação em Arquivologia da UFPA. E o Eixo 6 - Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e Interesse Público e Social, como mediador o Professor Doutor Gilberto Cândido, da Faculdade de Arquivologia da UFPA. Após 01 (uma) hora de reunião para cada eixo temático, foram apresentadas para a plenária um total de 02 (duas) propostas para cada eixo. Cada mediador leu as propostas e em seguida, foram colocadas em votação para a aprovação final. Seguem as propostas que foram aprovadas.

PROPOSTAS APROVADAS NA ETAPA

Eixo 1 - Marco Legal, Governança Arquivística e Perspectivas para uma Política Nacional de Arquivos

Proposta 1

Posicionar as instituições arquivísticas públicas e os serviços arquivísticos institucionais no nível estratégico da Administração Pública, nas áreas de planejamento e gestão, em todas as esferas, com dotação orçamentária própria, prevista nos PPAs (Planos Plurianuais), dos diferentes entes, e com recursos humanos, materiais tecnológicos necessários para o desenvolvimento das políticas de gestão e preservação dos documentos

Proposta 2

Declarar a obrigatoriedade dos órgãos e instituições públicas, de todas as esferas e poderes, a estruturarem serviços arquivísticos institucionais responsáveis pela implementação de políticas de gestão e preservação de documentos, com a estruturação de um quadro profissional mínimo composto pelas seguintes qualificações: arquivistas, técnicos em arquivo, restauradores, historiadores e das áreas de tecnologia da informação conforme a legislação vigente e recursos financeiros e materiais adequados e suficientes para o desenvolvimento das ações necessárias.

Eixo 2 - Gestão de Documentos como infraestrutura democrática

Proposta 1

Criar e implementar uma política nacional de documentos digitais que inclua o uso de sistema informatizado de gestão de documentos para garantia da autenticidade, integridade, acesso e preservação conforme as normas arquivísticas vigentes.

Proposta 2

Instituir programas de formação para produtores de documentos com foco nas boas práticas de gestão de documentos, incluindo produção e tramitação, uso de tecnologias e o cumprimento da legislação.

Eixo 3 - Preservação e Patrimônio Arquivístico

Proposta 1

Criar e instituir um programa nacional de capacitação em preservação, patrimônio e integridade da informação. Visando o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes de práticas arquivísticas de preservação e conservação considerando as mudanças climáticas, de modo habilitar multiplicadores de práticas de preservação e conservação em arquivos.

Proposta 2

Fomentar apoio financeiro, tais como: editais, fundos para a estruturação e manutenção de serviços, na área de preservação e conservação de arquivos, considerando as assimetrias regionais e a necessidade de fortalecer políticas públicas arquivísticas municipais.

Eixo 4 - Acesso, Transparência, Inclusão e Promoção da Cidadania

Proposta 1

Fomentar a elaboração de programas de difusão educativa e cultural em arquivos considerando-os como espaços de conhecimento, socialização e inclusão da diversidade e de grupos vulnerabilizados e esquecidos no processo de construção da memória nacional como instrumentos de reparação e justiça social;

Proposta 2

Promover a participação dos arquivos públicos e dos profissionais da área no processo de formulação, regulamentação e execução de programas de transparência, considerando a gestão de documentos e arquivos como basilares para a promoção da transparência ativa e passiva.

Eixo 5 - Condições de Trabalho nos Arquivos e Ensino e Pesquisa em Arquivologia

Proposta 1

Estabelecer diretrizes nacionais para a inserção dos profissionais de arquivo nas instituições públicas e privadas, na garantia de condições dignas de trabalho, com medidas de saúde e segurança voltadas à prevenção de riscos ocupacionais, especialmente em contextos de insalubridade, assegurando supervisão adequada e proteção dos profissionais, e monitoramento de seus estagiários durante atividades técnicas conforme as legislações vigentes.

Proposta 2

Fomentar as discussões para a atualização das diretrizes curriculares nacionais do curso de arquivologia considerando inovações teóricas e tecnológicas e mudanças sociais.

Eixo 6 - Arquivos Privados e Comunitários, Pluralidade da Memória e Interesse Público e Social

Proposta 1

Instituir políticas públicas de sustentabilidade arquivística para o mapeamento, a organização, a preservação, a difusão e o acesso aos acervos pessoais e comunitários localizados nos municípios e demais regiões amazônicas, especialmente aqueles vinculados às memórias de povos originários, quilombolas, ribeirinhos, classes trabalhadoras urbanas e rurais, populações negras, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAPN+, pesquisadores, agentes comunitários, personalidades históricas e instituições de ensino, assegurando a proteção do patrimônio documental regional e o acesso democrático à informação.

Proposta 2

Fomentar e estabelecer a manutenção de linhas de financiamento destinadas ao mapeamento de arquivos comunitários nas diferentes regiões, atribuindo aos arquivos estaduais e municipais a responsabilidade pela articulação e pela sensibilização das comunidades envolvidas.

DELEGAÇÃO ELEITA

Conforme previsto na alínea IV do art. 9º, Capítulo V, do Regimento Interno da Etapa Estadual do Pará para a 2ª Conferência Nacional de Arquivos, no período da tarde do dia 08 de abril, realizaram-se a eleição da

delegação. A composição da Comissão Eleitoral, integrada por Leonardo da Silva Torii e Roberto Lopes dos Santos Júnior, foi devidamente publicizada e ratificada pelo plenário. Na ocasião, com vistas à garantia da lisura e da transparência do processo eleitoral, a COE abriu inscrições para voluntários, representantes da sociedade civil e do poder público, excetuando-se aqueles que haviam formalizado candidatura à função de pessoa delegada, com a finalidade de atuarem na fiscalização do sufrágio, da apuração e da divulgação dos resultados. A seguinte participante se voluntariou: Marina Santiago, representando a sociedade civil. Após aprovação unânime, pelo plenário, da fiscal, foram apresentados pela Comissão Eleitoral os critérios de votação e de sistematização final do pleito. Em seguida, após intervenções e os devidos esclarecimentos, submeteu-se ao plenário a aprovação das orientações que regeriam o processo eleitoral, as quais foram acolhidas pelos presentes sem registro de manifestações contrárias ou propostas de alteração. A apuração dos votos foi realizada pelos membros da COE, com o acompanhamento da fiscal voluntária. Foram contabilizados 23 (vinte e três) votantes e, conforme verificação conjunta da COE e da fiscal, a totalidade dos votos depositados foi considerada válida e devidamente computada. Após a divulgação do resultado, procedeu-se ao remanejamento de vagas, em conformidade com o disposto no Regimento Interno da Etapa Pará, nos seguintes termos: (i) no âmbito da representação da sociedade civil, em razão da existência de apenas de uma candidata no segmento B, foi destinada uma vaga adicional ao segmento C. E pela inexistência de candidatos para o segmento A, foi destinado duas vagas adicionais para o segmento D. Tal medida seguiu os critérios de remanejamento previstos no Regimento interno e que o critério adotado sugerido pela Comissão Eleitoral e aprovado pela Plenária foi o de contemplar o candidato mais votado entre aqueles não eleitos; (ii) no âmbito do poder público, diante da ausência de candidatura representativa do Poder Legislativo Estadual, foi atribuída uma vaga adicional à representação do Poder Público Estadual; e (iii) no âmbito do poder público, diante da ausência de candidatura representativa do Poder Judiciário Estadual e pela ausência de representantes do Poder Público Estadual e de arquivos municipais, essa vaga ficou sem preenchimento. A seguir os resultados:

SOCIEDADE CIVIL

	SEGMENTO (A, B,C, D)	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	A	Não houve candidato	
2.	A	Não houve candidato	
3.	B	Eliege Cristiane das Neves Favacho	Nataly da Silva Oliveira
4.	B	Não houve candidato	
5.	C	Raí Rocha Costa	Manoel de Jesus Santos Barreto
6.	C	Ana Carolina Santos de Oliveira da Costa	Ana Izabela Reis Lima
7.	C	Paloma Pastana Neves	Marcelo Manoel Barros do Nascimento
8.	D	Benedito Emílio da Silva Ribeiro	Magda Nazaré Pereira da Costa

9.	D	Ana Roberta Pinheiro Moura	Celineide Rodrigues Cavalcante
10.	D	Gilberto Gomes Cândido	Fernando de Assis Rodrigues
11.	D	Antônio Gouveia de Sousa	Iane Maria da Silva Batista
12.			

PODER EXECUTIVO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Ruan Denner Gomes de Castro	Fabyane Cristine Caldas de Figueredo
2.	Geovana Figueiredo dos Santos	João Paulo Ferreira Castro

PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Não houve candidato	

PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Não houve candidato	

ARQUIVOS OU SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS DE ÂMBITO MUNICIPAL

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Lauro Afonso Gurjão Freitas	Marília Izabel dos Santos Amaral
2.	Luiz Antônio Valente Guimarães	Eliane do Socorro Paixão de Alfaia
3.	Bárbara Caroline Santos de Oliveira da Costa	Joseleuda de Abreu Furtado

DELEGAÇÃO NATA

Preencha a tabela abaixo e a planilha anexa a este relatório com os dados de contato das pessoas delegadas natas representantes A) da Rede Nacional de Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal presentes à etapa e B) dos Arquivos Públicos Municipais do referido estado selecionados pela Comissão Organizadora Nacional presentes à etapa. **Verifique a quantidade estabelecida na tabela constante no Documento Orientador e demais documentos oficiais da conferência.** *Em todas as categorias de*

peças delegadas, para cada titular deverá ser indicada uma pessoa suplente, que será credenciada na ausência do titular.

DELEGAÇÃO NATA – Rede de Arquivos Públicos Estaduais e do DF

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	Leonardo da Silva Torii	Tarcísio Tomaz Silva

DELEGAÇÃO NATA – Arquivos Municipais Selecionados

	TITULAR Nome	SUPLENTE Nome
1.	José Fernando de Souza Pereira Júnior	Manoel Nazaré Souza Raiol

DADOS SOBRE A ETAPA

Participantes da etapa

Participantes da etapa	
Nome para relatório geral da conferência	Representação
1. Adrielma ferreira Nahum	Sociedade civil
2. Amanda Bacchus	Sociedade civil
3. Amanda Paola Moraes Figueiredo	Sociedade civil
4. Ana Beatriz Progênio Brito	Sociedade civil
5. ANA CAROLINA REIS LIMA	Sociedade civil
6. ANELICE LOPES DO REMEDIO	Poder público
7. Arthur Andrade da Silva	Sociedade civil
8. Benedito Emílio da Silva Ribeiro	Sociedade civil
9. Bianca Silva Lima	Sociedade civil
10. Bárbara Carolina Santos De Oliveira Da Costa	Poder público
11. Carla Do Socorro da Silva e Silva	Sociedade civil
12. Cristian Mayko Carvalho da Costa	Sociedade civil
13. Eliege Cristiane das Neves Favacho	Sociedade civil
14. Fabyane Cristine Caldas De Figueiredo	Sociedade civil
15. Geovanna Figueiredo dos Santos	Poder público
16. Hana Vitoria Oliveira Sousa	Sociedade civil
17. Isabela Letícia	Sociedade civil
18. Ivaneide de Souza Gomes	Sociedade civil
19. José Fernando Sousa Pereira Júnior	Poder público
20. Jucirene Martins Costa	Sociedade civil
21. Lauro Afonso Gurjão Freitas	Poder público
22. Leonardo da Silva Torii	Poder público

23. LEONARDO FIUZA DA CONCEIÇÃO	Sociedade civil
24. Lidiane Santos Oliveira	Sociedade civil
25. Luciane Pantoja Do Nascimento	Sociedade civil
26. Luiz Antônio Valente Guimarães	Poder público
27. Luziane Da Costa Melo	Sociedade civil
28. Maria José Negreiros Oliveira	Sociedade civil
29. Monise Santos	Sociedade civil
30. Paloma Pastana Neves	Sociedade civil
31. Renata Lira Furtado	Sociedade civil
32. Roberto Lopes dos Santos Junior	Sociedade civil
33. RUAN DENNER GOMES DE CASTRO	Poder público
34. Ruan Alves Barbosa	Sociedade civil
35. Suzanne Oliveira	Sociedade civil
36. Thaís Costa Dos Santos	Sociedade civil
37. Valquiria Viana Ferreira	Sociedade civil
38. William Waldeir Araújo	Sociedade civil
39. Antônio Gouveia de Sousa	Sociedade civil
40. Marina Thyara Santiago	Sociedade civil
41. Gilberto Gomes Cândido	Sociedade civil
42. Ana Roberta Pinheiro Moura	Sociedade civil
43. Pedro Puntoni	Sociedade civil
44. Jean Camoleze	Sociedade civil

Listagem de localidades presentes na etapa estadual/Distrital;

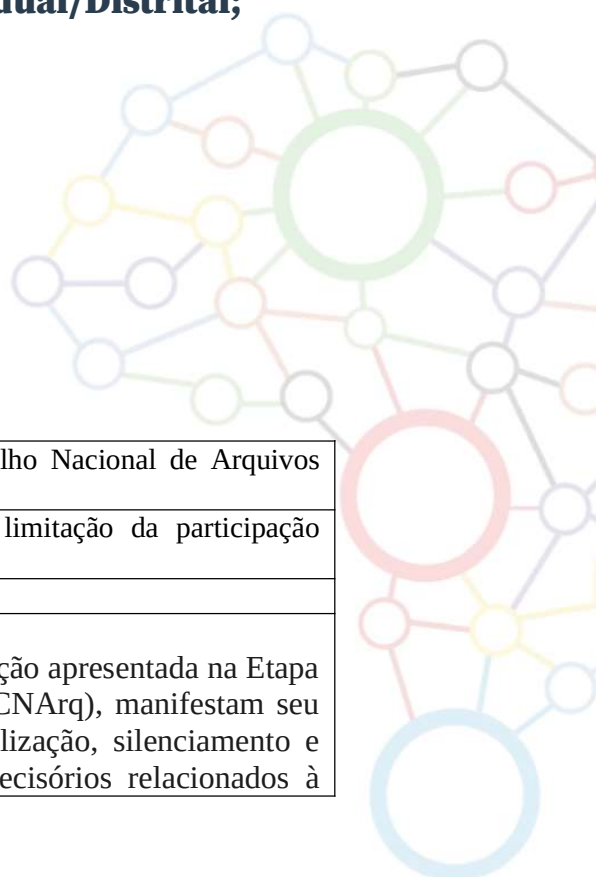
- Belém
- Bragança
- Barcarena

MOÇÕES APROVADAS

Quantidade de moções aprovadas: 01

Moção 1:

Destinatário: Comissão Organizadora Nacional da 2ª CNArq; Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); Arquivo Nacional
Tipo de moção: Manifestação Política contra a invisibilização e limitação da participação estudantil
Quantidade de pessoas que aprovaram a moção: 17
Resumo da moção: Os estudantes de graduação em Arquivologia, por meio desta moção apresentada na Etapa Estadual do Pará da 2ª Conferência Nacional de Arquivos (2ª CNArq), manifestam seu profundo repúdio e preocupação com os processos de invisibilização, silenciamento e limitação da participação estudantil nos espaços políticos e decisórios relacionados à



construção da Política Nacional de Arquivos.

Considerando que os estudantes constituem a maior base em formação da área arquivística no país, sua ausência ou limitação de participação em instâncias fundamentais representa um enfraquecimento da diversidade, da renovação e da legitimidade dos processos democráticos no campo dos arquivos.

Verifica-se, de forma preocupante, a ausência de participação estudantil em instâncias estratégicas de construção e organização da conferência, especialmente na Comissão Organizadora Nacional, na qual não houve inclusão de representantes desse segmento, desconsiderando seu papel na formação e no fortalecimento da área arquivística.

Destaca-se, ainda, a inexistência de representação estudantil no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), o que evidencia uma limitação estrutural à participação democrática e à pluralidade de vozes na formulação das políticas públicas do setor.

No âmbito da etapa estadual, observa-se também a ausência de vagas explicitamente destinadas aos estudantes no processo de eleição de delegados, o que contribuiu diretamente para a baixa participação desse segmento. Soma-se a isso a insuficiência na divulgação das formas de participação, fazendo com que muitos estudantes sequer tivessem conhecimento de seu direito de integrar o processo.

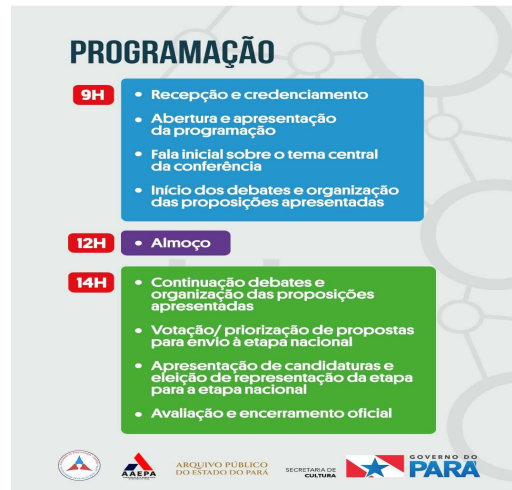
Esse cenário configura um processo contínuo de invisibilização, silenciamento e limitação da participação estudantil, o que fragiliza a construção democrática da Política Nacional de Arquivos e compromete a pluralidade de perspectivas necessárias ao seu fortalecimento.

Diante disso, reivindica-se:

- 1- A inclusão efetiva de estudantes de Arquivologia no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), garantindo sua participação nos espaços de formulação e decisão das políticas públicas arquivísticas;
- 2- A garantia de acesso à participação estudantil nas instâncias organizativas e deliberativas das Conferências Nacionais de Arquivos (CNArq), com sua inclusão nos processos conferenciais presentes e futuros;
- 3- A destinação de vagas específicas ao segmento estudantil nas etapas estaduais, assegurando sua eleição como delegados(as) representantes na etapa nacional;
- 4- O reconhecimento das entidades representativas estudantis, como a ENEA, enquanto interlocutoras legítimas nos processos de construção da Política Nacional de Arquivos;
- 5- A ampliação da transparência e da comunicação institucional, assegurando ampla divulgação e acesso à informação sobre os processos de participação, de modo a evitar o apagamento e a exclusão de estudantes.

Por fim, reafirma-se que não há construção democrática, plural e representativa da Política Nacional de Arquivos sem a participação ativa dos estudantes de Arquivologia.

REGISTROS



Cards produzidos para as redes sociais e divulgados nos Instagram da SECULT – PA e do Arquivo Público do Estado do Pará

EVENTO PREPARATÓRIO

Arquivo Público do Pará promove etapa estadual para 2ª Conferência Nacional de Arquivos

Na oportunidade será realizada a eleição de delegados para etapa nacional que ocorre em Brasília

Por Amanda Engelke (SECULT)
07/04/2026 11h24



NOTÍCIA SOBRE A ETAPA ESTADUAL NA AGÊNCIA PARÁ, ÓRGÃO DO GOVERNO DO ESTADO. A NOTÍCIA COMPLETA NO LINK [HTTPS://AGENCIAPARA.COM.BR/NOTICIA/76163/ARQUIVO-PUBLICO-DO-PARA-PROMOVE-ETAPA-ESTADUAL-PARA-2-REFERENCIA-NACIONAL-DE-ARQUIVOS](https://agenciapara.com.br/noticia/76163/arquivo-publico-do-para-promove-etapa-estadual-para-2-conferencia-nacional-de-arquivos)



Momento de abertura da Etapa Estadual com a apresentação do Diretor do Arquivo Público do Estado do Pará, Leonardo Torii, e do Professor Doutor Antônio Gouveia, da Faculdade de Arquivologia.



Participação de todos na construção das propostas para a Conferência Nacional.





Participação de todos na construção das propostas para a Conferência Nacional.



Delegados eleitos para a Segunda Conferência Nacional de Arquivos

ANEXOS

Lista de anexos que compõem o documento final da etapa.

1. Planilha de dados da delegação eleita;
2. Documento contendo informações necessárias para cadastro e emissão de passagens (de preenchimento pela própria pessoa delegada eleita)
3. Dados sobre a etapa realizada;
4. Sobre as moções aprovadas para a etapa;
5. Registros da etapa.

PLANILHA DE DADOS DA DELEGAÇÃO ELEITA

Utilize o modelo de planilha para preencher os dados da delegação eleita, também disponível na pasta de instrumentais e envie em formato aberto (xls.) junto a este arquivo para o email 2cnaquivos@gestao.an.gov.br.

Nota de Privacidade (LGPD): A planilha contendo os dados detalhados da delegação eleita possui caráter estritamente administrativo e restrito à organização. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), a planilha não será publicizada junto ao relatório principal para resguardar a privacidade e a segurança dos dados pessoais das pessoas delegadas eleitas.

DOCUMENTO CONTENDO INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA CADASTRO E EMISSÃO DE PASSAGENS

Utilize o modelo de documento de coleta de dados necessários para cadastro e emissão de passagens, também disponível na pasta de instrumentais. O documento deverá ser preenchido e ASSINADO pela pessoa delegada eleita e enviado como imagem ou .pdf junto a este arquivo para o e-mail 2cnaquivos@gestao.an.gov.br.

Nota de Privacidade (LGPD): O documento contendo informações necessárias para cadastro e emissão de passagens da delegação eleita possui caráter estritamente administrativo e restrito à organização. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), o documento não será publicizado junto ao relatório principal para resguardar a privacidade e a segurança dos dados pessoais das pessoas delegadas eleitas.